

J. P. PEIXOTO ▪ J. V. GONÇALVES ▪ A. A. MARQUES DE ALMEIDA ▪ J. T. OLIVEIRA ▪ J. P. OSÓRIO ▪ R. CARVALHO ▪ L. ALBUQUERQUE ▪ R. RODRIGUES  
J. V. GOMES FERREIRA ▪ F. D. SANTOS ▪ A. J. ANDRADE DE GOUVEIA ▪ A. M. AMORIM DA COSTA ▪ B. J. HEROLD ▪ JOÃO L. L. C. OLIVEIRA CABRAL ▪ J. A. LEITÃO ▪ N. GRANDE ▪ J. C. DA COSTA ▪ A. RODRIGUES ▪ A. TORRES PEREIRA ▪ B. FERNANDES ▪ J. M. GIÃO T. RICO ▪ MILLER GUERRA ▪ M. PORTUGAL V. FERREIRA ▪ J. M. COTELO NEIVA ▪ A. RIBEIRO ▪ M. TELLES ANTUNES  
F. C. GUERRA ▪ A. CORREIA ALVES ▪ F. CASTELO-BRANCO ▪ A. FERNANDES  
A. R. PINTO DA SILVA ▪ C. M. L. BAËTA NEVES ▪ A. X. CUNHA ▪ A. C. QUINTELA  
SUZANNE DAVEAU ▪ ORLANDO RIBEIRO ▪ J. E. MENDES FERRÃO ▪ ILÍDIO AMARAL ▪ O. TEOTÓNIO DE ALMEIDA ▪ F. GUERRA ▪ ALLEN G. DEBUS  
WILLIAM R. SHEA ▪ A. IRIA ▪ F. R. DIAS AGUDO ▪ M. JACINTO NUNES

---

# HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

II VOLUME



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

---

PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

LISBOA • 1986

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>1</sup> R. Folch y Andreu, «Las Farmacopeas Portuguesas», Madrid, 1942, p. 1. Este trabalho foi publicado na *Revista de La Universidad de Madrid* (Farmácia), Tomo II, Fascículo V.

<sup>2</sup> M.D. Tello da Fonseca, *História da Farmácia Portuguesa Através da Sua Legislação*, vol. III, p. 155, Porto, 1941.

<sup>3</sup> R. Folch y Andreu, *loc. cit.*

<sup>4</sup> Luís de Pina, «A Farmacopeia de Francisco Sanches (Tolosa, 1636)», *II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia*, III Volume, pp. 793-807, 1952; Idem, *Revista Portuguesa de Filosofia*, Tomo VII, Fasc. 2, pp. 157-191, Braga, 1951.

<sup>5</sup> Luís de Pina, «Comunicação ao II Congresso Luso-Espanhol de Farmácia», *loc. cit.*

<sup>6</sup> *Loc. cit.*, p. 157.

<sup>7</sup> Segundo J. Volckringer, *Evolution Et Unification Des Formulaires Et Des Pharmacopeias*, Editions Paul Brandouy, Paris, pp. 372, 373 e 374, à data da tradução feita por Frei Caetano de Sto. António existiam três obras com o nome de *Farmacopeia Bateana*. É natural que a tradução de Frei Caetano tenha sido feita a partir da edição de 1700, publicada em Londres.

<sup>8</sup> *Loc. cit.*, p. 178.

<sup>9</sup> *Loc. cit.*, p. 10.

<sup>10</sup> *Loc. cit.*, p. 8.

<sup>11</sup> Embora J. Volckringer, *loc. cit.*, dê um catálogo muito completo das Farmacopeias publicadas até à impressão da sua obra, não encontramos nele qualquer volume cujo título se aproxime daquele a que nos referimos.

<sup>12</sup> *Loc. cit.*, p. 11.

<sup>13</sup> A este respeito assinala-se que J. Volckringer, *loc. cit.*, p. 388, regista uma 2.<sup>a</sup> edição desta Farmacopeia, publicada em 1823.

<sup>14</sup> Veja-se o *Dicionário da Língua Portuguesa* por António de Moraes Silva, p. 534, Lisboa, 1889.

<sup>15</sup> Nas edições póstumas esta parte é denominada *Preliminares*.

## DESENVOLVIMENTO DA GEO-HISTÓRIA EM PORTUGAL

FERNANDO CASTELO-BRANCO

## SUMMARY

1—Geo-history, as it suggests, is the subject in which geography finds itself closely related to history, in order to explain the historical events by means of a wider and more appropriate rationalization in view of the profound influences of the geographic factors on their development.

2—Two geographical introductions to the History of Portugal, one from Oliveira Martins and the other directed by Prof. Damião Peres, besides their serious geographical deficiencies are not true works of geo-history, since the link between the two sciences is generally missing. In the geographical introduction to his History of Portugal, António Sérgio presented a study of geo-history, but unfortunately, as Prof. Orlando Ribeiro showed, it contains «clamorous errors», «errors and exaggerations crowd the book», «his new ideas and daring suggestions lack the most elementary documental support».

3—Traces of geo-history are scarcely found in earlier authors. Considering only the studies about Lisbon, we can find them, for example, in two 17th century writers, Frei Nicolau de Oliveira and Luis Marinho de Azevedo.

4—Alexandre Herculano, founder of critical and scientific history in Portugal, focused some questions through a geo-historical perspective, but in many others, in which it would have been appropriate, he didn't even consider.

5—Lately a historian — Jaime Cortesão — and a geographer — Orlando Ribeiro — gave us geo-historical analyses of great value and interest which are commented.

A geo-história é, como a expressão indica, a disciplina na qual a geografia se encontra intimamente associada à história, para melhor explicar o desenrolar dos sucessos históricos, para melhor permitir a equacionação da problemática histórica, por meio de uma mais ampla e adequada fundamentação, dadas as, por vezes, tão profundas influências dos factores geográficos no evoluir dos acontecimentos. Não é portanto a geo-história, obviamente, a mera junção do estudo da história e da geografia, mas uma perspectiva de investigação e interpretação da história em que esta se amplia e consolida pelo recurso ao conhecimento da geografia.

Existem, entre nós, obras nas quais se antepôs a um estudo de natureza histórica uma introdução geográfica. É o que sucede na *História de Portugal* de Oliveira Martins, onde o escritor traça um quadro da geografia portuguesa, com o invulgar brilho literário que lhe era próprio, mas na qual, para além de numerosas deficiências de ordem geográfica, não se encontra a desejada interligação geografia-história, isto é, uma busca de compreensão, da explicação do evento histórico a partir de factos geográficos. Precisamente a este propósito, o Prof. Orlando Ribeiro fez alguns comentários, oportunos de recordar aqui: «a crítica mais grave que se pode fazer à 'Introdução' da *História da Civilização Ibérica* é que ela está arrumada no pórtico da obra e não mais aparece como elemento interpretativo. Exactamente o mesmo acontece na *História de Portugal*, de que o livro I se intitula 'Descrição de Portugal'. Ao introduzir a geografia nas suas preocupações de historiador, Oliveira Martins como que *recusa* separando quase completamente o cenário do drama. Temas que por princípio não deixa ficar de fora mas que não vão constituir, de modo nenhum, fio condutor da interpretação»<sup>1</sup>. E afirmou ainda com toda a justeza o Prof. Orlando Ribeiro, depois de transcrever um trecho de Oliveira Martins sobre aspectos da geografia de Portugal: «O leitor ficará perplexo, uma vez que se afirma a importância das condições naturais sem se mostrar a forma como elas têm actuado»<sup>2</sup>.

Na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, a conhecida por *História de Portugal* de Barcelos, encontramos a abrir um quadro bastante amplo da geografia de Portugal, mas igualmente infeliz cientificamente encarado, como mostrou Girão<sup>3</sup>, e igualmente desligado do

contexto histórico a que devia realmente servir de introdução. Com efeito, se os elementos geográficos não aparecem como factores explicativos dos sucessos históricos seguidamente tratados, como algo que contribua para a compreensão dos eventos do povo português, não temos uma introdução geográfica à história de Portugal, mas sim um estudo da geografia de Portugal antecedendo uma história de Portugal, o que é algo de completamente diferente.

Também António Sérgio escreveu uma «introdução geográfica» que ocupa todo o primeiro volume de uma *História de Portugal*<sup>4</sup> que não teve prosseguimento. É, cientificamente encarado, um trabalho pouco feliz, porquanto a sua fundamentação é deficiente, contém bastantes erros — «erros clamorosos» — e inexactidões, apresenta ideias a rejeitar, conforme ampla e comprovadamente o demonstrou o Prof. Orlando Ribeiro<sup>5</sup>: «Erros e exageros inçam o livro, revelam leviandade de preparação do autor e as ideias novas e sugestões ousadas carecem do mais elementar apoio documental»<sup>6</sup>. E mesmo o Prof. Oliveira Marques, que tanto elogiou esse estudo introdutório, reconheceu conter ele «erros e exageros»<sup>7</sup>.

Mas, contrariamente às introduções geográficas antes referidas, corresponde a de Sérgio ao que a expressão sugere: tem carácter e função explicativas, a geografia e a história surgem intimamente ligadas, de modo a aquela servir de suporte à compreensão do evoluir da grei, de algumas das vicissitudes experimentadas pelo povo português através dos tempos.

Mas como introdução geográfica que é, para além de se aceitarem ou não as posições assumidas, juízos, explicações, hipóteses, há a considerar ter, como é óbvio, este estudo de geo-história um carácter global. E suponho ser lícito pôr a questão se não seria mais aconselhável, porque mais eficiente, o estudo pontual das problemáticas em cuja equacionação se tem de introduzir o factor geográfico. Questões de ordem económica, como, por exemplo, a falta quase constante de cereais sofrida pelo povo português, problema que tantas vezes e por vezes agudamente enfrentaram os nossos governantes, ou questões relacionadas com os motivos que levaram, na crise de 1383-85, os castelhanos a invadirem Portugal pela Beira Alta, por duas vezes, terminando essas invasões uma com o fracasso do cerco a Lisboa, a outra com a derrota em Aljubarrota; o papel do açúcar da Madeira, de S. Tomé e especialmente do Brasil no mundo económico português, ou a invasão do Duque de Alba pelo Alentejo, embarcando as suas forças em Setúbal

para desembarcarem perto de Cascais e marcharem sobre Lisboa, vindo a derrotar as forças de D. António, Prior do Crato, em Alcântara, são questões cujo estudo deve implicar a consideração dos factores geográficos nelas influentes. Não seria então preferível o seu tratamento pontual, considerando a influência tida pelas circunstâncias geográficas conjuntamente com todas as outras, do que o tratamento genérico anterior, numa introdução onde, por forma global, se encaram a importância e o papel desempenhado pela geografia na história de Portugal?

E talvez seja de não deixar de considerar que para muitos leitores, passada a introdução, lidas páginas e páginas, ao chegarem a essas questões já terão menos presente o que se encontra na introdução. Isto para já não referir o perigo do leitor que, desejando conhecer um aspecto da história de Portugal, consulta isoladamente as páginas que lhe respeitam.

Note-se, para exemplo, que António Sérgio tratou, na mencionada introdução, das «entradas geográficas» em Portugal, referindo os possíveis percursos de penetração no nosso território, dois dos quais se identificam com os utilizados por Massena e Junot. E se a *História* de António Sérgio tivesse sido continuada, a avaliar pelo desenvolvimento da introdução geográfica, seriam as invasões francesas tratadas muito, mas muito depois. Será este o esquema aconselhável?

No entanto, para além das deficiências que têm sido assinaladas, dos reparos suscitados e suscitáveis, um ponto parece dever acentuar-se: a introdução geográfica de António Sérgio à história de Portugal é, o que não nos parece suceder com as introduções de Oliveira Martins e da história dirigida por Damião Peres, um verdadeiro estudo de geo-história. Mas, como é evidente, isto caracteriza tipologicamente o estudo, implica uma situação disciplinar e não um juízo valorativo.

A geo-história, a equação da problemática histórica tomando em conta, como factores, muitas vezes grandemente influentes, os geográficos, não se realiza e não se exprime, sem dúvida alguma, somente em introduções a estudos de história.

Mesmo antes de se iniciar a historiografia moderna, a historiografia crítica, a qual foi praticada sistematicamente por Alexandre Herculano, decerto por esse motivo considerado por Menéndez Pelayo o criador da história portuguesa<sup>8</sup>, encontramos autores tomando em conta a influência dos factores geográficos nos eventos históricos, fazendo por isso já geo-história. Apreciando apenas um campo, porque o temos particularmente cultivado, o da olisipografia, diremos terem, por exem-

plo, os estudiosos de Lisboa de seiscentos considerado a influência da geografia nos destinos e na importância da cidade.

Foi assim que Frei Nicolau de Oliveira, no seu *Livro das Grandezas de Lisboa*, publicado em 1620, relacionou a grandeza da cidade com a dimensão do seu porto, referindo que o Tejo «entra no mar Oceano, & antes de entrar nelle faz hũa larga enseada, entrando pella terra, que termina da parte do Norte, no Cabo de Finisterrae, & da parte do Meo dia, no Cabo de Sam Vicente, ficando eftes dous Promontorios, como dous terminos, & balizas da grandeza da Cidade de Lixboa, & quafi mostrando com a larga porta que abrem ao mar, que toda a abundancia de todo o mundo, mediante sua grande nauegação, entra nella»<sup>9</sup>.

Mas se Frei Nicolau de Oliveira esteve atento a esse factor geográfico de ordem lata, também considerou os factores locais e a sua contribuição para a importância e desenvolvimento de Lisboa. Repare-se como ele enuncia — dentro das ideias e especialmente da ciência do tempo, como não podia deixar de ser — os factores e ou *couzas*, na expressão do autor, em que assenta a sua grande salubridade, um dos elementos da grandeza de Lisboa:

«A primeira, porque considerando todo o corpo da Cidade, está situada de modo q̄ olha ao Leuante, & Meodia, & a toma toda o Sol em nacendo, que he grande bem pera a saude porque fendo humida por cauza do Rio, aquêtura, que recebe do Sol, purifica o ar, gastando muita parte das humidades delle, donde vem que quanto mais seco he o tempo, assi no inuerno, como no verão, tanto mais saã está a Cidade.

A segunda rezão he por estar esta Cidade fundada sobre sete montes, & fuas ladeiras, ficandolhe hum fò valle em meo (...) que he o que (como dizem os Geographos, & Astrologos) faz os sitios saõa, & liures de enfermidades.

A terceira couza, que faz sadia esta Cidade, he a bondade dos Ares em respeito dos vapores da terra, porq̄ não sò eftá liure de pauys, lagoas, rios, & terras de mà qualidade que a podião fazer de roins ares, mas he de tam excellente natureza o Ar, q̄ cobre todo feu territorio, que os Rios delle. A terra, & mais agoas saõ de muy saudauel natureza, porq̄ da terra, fontes, & Rios respirão suauissimos vapores amigos da natureza humana, porque he couza certissima, q̄ a benignidade dos ares deste sitio nã sò he por natureza deleitosa pello feu suaue temperamento, mas de grandissimo proueito pera algũas doenças, como fe vé nos quartanarios, que adoecendo em diuersas partes, sarão muitos vendo a Lixboa. & he clara proua de seu bom temperamento ver que em todo seu terri-

torio no verão senão foge da calma, nem no inuerno se busca para o frio muita defesaõ & não he menor proua disto produzir a terra de seu termo quando as outras estão secas, não sò deuersidades de eruas salutifiras, que em todos os tempos se vendem na feira, que todas as terças feiras se faz mas rozas, & boninas»<sup>10</sup>.

De resto bastaria considerar as palavras iniciais da «Breve narraçam do que neste livro se contem», para se antever como o autor iria considerar, na sua obra, os factores geográficos: «Pera auer de tratar (prudente Lector) das grandezas desta Famosa, & muy nomeada Cidade de Lixboa, sua antiguidade, Sitio, entradas, & sahidias, & de outras couzas, q̃ della, como de cabeça deste Reyno procederão, & neste liuro se contem»<sup>11</sup>.

Em 1652, Luis Marinho de Azevedo publicou a 1.<sup>a</sup> parte de *Fundação, Antiguidades e Grandeza mui insigne cidade de Lisboa*. É sintomático e bem expressivo, por exemplo, como ele coloca a questão de ser Lisboa uma famosa cidade: «Em quatro cousas disserão Vitruvio, e Santo Thomás que consistia ser famosa huma Cidade: que são: ser fértil, sadia, formosa e forte»<sup>12</sup>. E depois longamente disserta sobre esses aspectos. Evidente é serem os dois primeiros factores de ordem geográfica.

Alexandre Herculano, embora tivesse percorrido boa parte do país, fê-lo buscando encontrar — e salvar — documentação histórica. Fê-lo de certo pouco preocupado com a observação da geografia do país para melhor compreender a sua história, a história que desejava traçar e que narrou até ao reinado de D. Afonso III.

Efectivamente, Herculano mostrou-se alheado do relacionamento de certas questões históricas com o respectivo contexto geográfico, mesmo quando este era de indispensável ponderação. Recordemos que se pronunciou sobre a complexa problemática da batalha de Ourique, em nota bastante desenvolvida, aposta ao texto da sua *História de Portugal*, no final do respectivo volume<sup>13</sup>, e no entanto não considerou o problema da sua localização, aceitando, sem analisar, nem apresentar quaisquer argumentos, a tradicional, de Ourique se situar no Baixo Alentejo. E havia a considerar, pelo menos, a determinação do percurso das forças portuguesas, a sua extensão e o problema dos possíveis locais de passagem do Tejo, bem como o risco que essa travessia implicava: o de, no regresso, se lhes deparar, na margem norte, uma força que, nessa posição, facilmente constituiria um obstáculo difícil de superar, donde poderia resultar o cerco da hoste portuguesa.

Portanto, sem dúvida há, na complexa problemática de Ourique, um aspecto de geo-história não considerado por Alexandre Herculano.

Igualmente se constata o alheamento do historiador da questão de existir uma diferença do traçado do litoral medievo para o oitocentista.

Na carta narrando a conquista de Lisboa em 1147, atribuída então a Osberno<sup>14</sup>, alude-se à *insula Phenicis*<sup>15</sup>. Situando-a junto das Berlengas (*II insulæ quæ vulgo dicuntur Berlinges*)<sup>15</sup>, a sua identificação com Peniche impunha-se. Contudo Herculano, ao publicar essa carta nos *Portugaliæ Monumenta Historica*, anotando a alusão, escreveu: «vulgo Peniche?». Ora porquê esta dúvida? Só a qualificação de ilha a poderá talvez explicar, ainda que no *Livro Vermelho do senhor Rei D. Afonso V*, publicado havia bastantes anos, se mencionasse a ilha de Peniche<sup>16</sup>, e na *Romagem de Agravados* de Gil Vicente também se designe Peniche por ilhéu<sup>17</sup>.

Todavia, em certos casos, Alexandre Herculano esteve atento à influência da geografia no processo histórico. Repare-se no início da sua descrição de Lisboa, anteriormente à narrativa do cerco em 1147, para salientar a importância e significado da conquista: «Lisboa, já então era cidade importante. A sua situação, hoje grandemente acomodada para ser um dos principais empórios do comércio do mundo (...) não era nesse tempo menos própria para centro da navegação costeira dos mares oceano e mediterraneo e, principalmente, para o trato entre a Mauritânia e a Europa»<sup>18</sup>.

E analisando o feito de Martim Moniz, Alexandre Herculano negou a sua veracidade histórica tomando como prova o relevo do local: «Basta examinar a topografia do actual castelo de Lisboa, para ver que um ataque por aquela parte, se não era impossível, ao menos fora loucura» pois o «monte da Kassba que, se hoje é despenhado para o lado norte, muito mais o devia ser então (...) como acreditar que, trepando por um despenhadeiro e inda acometer o ponto mais fortificado e melhor defendido, como sempre o eram as alcáçovas, cujas muralhas do lado norte estavam intactas, os portugueses entrassem por um postigo»<sup>19</sup>.

Em dois autores, dois grandes vultos da cultura portuguesa deste século, a perspectiva geo-histórica se nos depara com amplitude, segurança e profundidade, ultrapassando em muito, muitíssimo mesmo, o que anteriormente se tentara nesse campo.

Um deles é Jaime Cortesão. Referindo-se-lhe, afirmou o Prof. Magalhães Godinho: «o historiador é profundamente geógrafo», com «espírito geográfico sempre»<sup>20</sup>.

Por sua vez, o Prof. Orlando Ribeiro, que analisou com minúcia, dissecou, criticou com fundo saber as suas teorias sobre as raízes da nacionalidade e os sustentáculos da independência de Portugal, considerou que essas teorias, precisamente no seu aspecto geo-histórico, não são de aceitar, sem deixar, porém, de lhe reconhecer os seus grandes méritos de historiador e como esteve atento à geografia, vendo nele o «autor de obras vastas, sérias e solidamente fundamentadas, escritas com sobriedade, elegância e um sopro de epopeia. Os estudos sobre os descobrimentos henriquinos e a expansão portuguesa no Oriente e no Brasil contam-se entre os melhores trabalhos de História que se escreveram nos últimos decénios. Ele domina, e com razão, grande parte dos estudos históricos contemporâneos. Todos foram sensíveis à importância da Geografia, mas sem se darem ao cuidado de a aprenderem»<sup>21</sup>.

A maior e a mais importante parte da obra histórica de Jaime Cortesão diz respeito à expansão portuguesa no mundo, oferecendo-nos excelentes páginas de geo-história. São de salientar, nomeadamente, as suas análises das navegações atlânticas dos portugueses, a forma como os factores naturais — ventos e correntes — as condicionaram e condicionaram ainda toda a navegação anteriormente à máquina a vapor. Recorde-se, a propósito, este trecho admirável:

«Não esqueçamos que a história dos Descobrimentos, se não é uma ciência experimental é a história das experiências dum ciência experimental ou de observação, a geografia. Todos os resultados destas experiências, os conhecimentos geográficos, na sua mais ampla acepção, estão hoje definitivamente estabelecidos. Ora da mesma história universal podemos induzir a seguinte regra geral:

O movimento de expansão marítima e de povoamento intercontinental ou insular foi determinado, tanto por certas concepções geográficas, meramente especulativas, como, e principalmente, pelas relações de proximidade geográfica, mais ou menos acentuadas pelos ventos e correntes, ou seja, as estradas marítimas. (Indonésios e Polinésios no Índico e no Pacífico; os Normandos e Colombo no Atlântico).

De sorte que a primeira das provas, e única infalível, em história da geografia, é o acordo entre o descobrimento e o descoberto. Se existe, além do acordo entre a acção e a especulação, não só o acordo geral de proximidade e direcção, mas o local, todos os mais documentos ou provas são dispensáveis»<sup>22</sup>.

De recordar igualmente a forma como estudou a fundação e o desenvolvimento de S. Paulo, numa perspectiva que logo se revela no

título dado ao seu livro *A Fundação de S. Paulo, — capital geográfica do Brasil*, do qual respigámos o seguinte texto: «Consideramos indispensável estudar o problema da fundação de S. Paulo, não só à luz do ambiente social e cultural, muito próprio, criado pelos primeiros núcleos híbridos de lusos e aborígenes, para o que foi necessário recorrer ao estudo etnográfico e sociológico desses grupos, mas também dum geo-política baseada na história das explorações geográficas anteriores e dos conceitos geográficos correlativos, expressos na cartografia, ainda que tão escassa, desse tempo»<sup>23</sup>. Esta visão, note-se, não foi apenas aplicada à fundação de S. Paulo, é a sua visão de toda a história do Brasil, pois em sua opinião «raras vezes a história de uma nação, e não apenas a sua pre-história, foi tão visivelmente moldada sobre o quadro geográfico, como a do Brasil»<sup>24</sup>. De referir também a importância atribuída por Jaime Cortesão ao mito da *ilha-Brasil*, que é uma perspectiva de geo-história e bem curiosa<sup>25</sup>.

Perspectiva geo-histórica e deveras notável é ainda a sua nova interpretação do movimento que desligou, em 1 de Dezembro de 1640, Portugal da Espanha. Por isso o Prof. Joel Serrão o considerou o «revolucionador da visão tradicional de 1640, na medida em que a relaciona com a criação do mundo atlântico português»<sup>26</sup>.

O estudo intitula-se *A Geografia e a Economia da Restauração* e creio justificar-se plenamente a leitura de dois textos que são sobremaneira elucidativos da tese de Jaime Cortesão:

«Com o domínio filipino» — diz Cortesão — «não só a perda do Império do Oriente levou muitas energias a concentrar-se na grande colónia atlântica, mas o Brasil tornou-se um refúgio e uma escola de espíritos livres, aos quais o domínio castelhano e a Inquisição oprimiam na metrópole. Cremos que esta profunda transformação no quadro geográfico e na economia do Império constitui o fundamento económico, essencial, da Restauração. Durante os 60 anos de cativeiro, havíamos debuxado uma colónia imensa na América; e como a economia brasileira assentava na indústria sacarina e esta na mão-de-obra africana, o Brasil solicitara a fundação ou permanência dum série de estabelecimentos ao longo da costa da Guiné, desde o Senegal ao Gabão e daí até Benguela, incluindo os arquipélagos-escalas-e-estações-experimentais de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. A formação desse Império atlântico foi, cremos nós, a reacção espontânea da nação contra o domínio filipino e o desastre que ele nos acarretara no Oriente».

E mais adiante:

«No regresso ao tráfico marítimo a distância, com base na agricultura, multiplicando as actividades em todos os portos do reino, e do Brasil, devemos, em nosso entender, buscar a causa natural e viva da regeneração das energias nacionais, que precede e explica a Restauração. O instinto da grei conseguira renovar o Império em bases mais sólidas, isto é, criar as condições essenciais duma soberania específica; a insuficiência da Espanha para lhe garantir a segurança, com ameaça de ruína completa, reacendeu a consciência nacional. A esta vieram juntar-se outras causas de carácter moral e político, interno e externo, que provocaram a deflagração.

A geografia e a economia da Restauração identificam-se, nos seus traços gerais, com as da revolução popular e anticastelhana de 1383. Mais uma vez, como então e como sucederá mais tarde, a quando das revoluções liberais e da primeira revolução republicana, no fundo das nossas mais fortes comoções internas aparecem a determiná-las os interesses ultramarinos. Estes, volvemos a dizer, se nos afiguram a linha viva de reacção, a medula que unifica a história portuguesa, que acusa a nossa personalidade nacional e distancia ainda mais a nossa política, em relação à Espanha, desde que esta perdeu o seu império ultramarino»<sup>27</sup>.

A importância que tiveram as transformações do litoral português, a diferença do seu traçado nos tempos medievos relativamente ao actual foram salientados por Jaime Cortesão.

Reportando-se a um dos nossos estudos a esse respeito, afirmou o Prof. Orlando Ribeiro:

«Os reparos de Fernando Castelo Branco no primeiro artigo citado na nota anterior<sup>28</sup> constituem directrizes metodológicas que Cortesão não teve em conta — e por isso há tanto de insustentável nas suas reconstituições. Vale a pena transcrevê-los:

*Portanto, não basta conhecer as actuais possibilidades portuárias do litoral português, é necessário determinar, a partir do estudo do processo evolutivo da costa, as possibilidades outrora existentes e hoje desaparecidas e ainda a cronologia dessa evolução. Não bastará saber que houve uma enseada, a qual podia servir de ancoradouro e que actualmente não existe. É necessário saber até quando essa enseada*

*existiu como tal e até quando teve possibilidades de ser utilizada como ancoradouro.*

*Sucedee, todavia, que se a determinação dos casos de evolução da nossa costa está feita de modo completo ou quase completo, já o actual conhecimento da cronologia dessa evolução é bastante incompleto e por vezes imperfeito. Tal deve-se, em parte, às dificuldades que essa investigação encerra, em parte, a que poucos estudiosos se têm debruçado sobre ela».*

Muito embora reconhecendo estas deficiências, não podemos deixar de atribuir a Jaime Cortesão, mesmo neste campo, um grande valor e importância.

Na verdade, até então tinham diversos autores assinalado, quase como curiosidade, algumas modificações ocorridas no litoral desde os tempos medievos. Mas Cortesão foi o primeiro a apresentar, em conjunto, uma visão global, que por ser a primeira muito naturalmente foi incompleta, da evolução do traçado desse litoral. E mais do que isso e, salvo erro, muito mais importante: foi o primeiro a considerar que essa evolução, as modificações havidas se revestiam de grande interesse histórico.

Por todos estes motivos, pela pertinência das directrizes metodológicas dos estudos de Jaime Cortesão no campo da geo-história, pela sua quase sempre feliz concretização, parece-nos haver fundamento para atribuir grande importância às páginas de geo-história de Jaime Cortesão.

E será oportuno recordar como o Prof. Jorge Borges de Macedo apreciou o papel e a importância do factor geográfico na obra de Jaime Cortesão: «Nesta ordem de conceitos e posições doutrinárias, a questão teórica para a qual Jaime Cortesão apresenta uma solução própria é a sua interpretação do factor geográfico. Posto muitas vezes, até àquela altura, como condição necessária e suficiente, Jaime Cortesão, na sequência de Silva Teles e em relação com o conceito de geografia humana de Jean Brunhes e de Vidal de La Blache, integra o facto geográfico num espaço humanamente ocupado e só como tal historicamente significativo»<sup>29</sup>.

Uma última anotação, que cremos indispensável, por nos parecer muito significativa. Jaime Cortesão foi o organizador da «Exposição Histórica de São Paulo», a qual teve grande impacto, recebeu expressivos louvores, foi um êxito assinalável. De referir que na sua planificação foi dada notória relevância aos factores geográficos e à importância geográfica de São Paulo. Eis como o próprio organizador da exposição

o referiu: «propusemo-nos, pois, organizar um panorama-síntese da história de São Paulo, como decorrência lógica e orgânica de factores geopolíticos, étnicos e culturais, dando relevo e expressão viva à estrutura urbana de São Paulo e aos factores capitais que marcam a sua contribuição para a formação geográfica e política do Brasil»<sup>30</sup>.

Geógrafo de sua formação, professor de Geografia, com vasta e bem valiosa obra nesse domínio, Orlando Ribeiro tem-nos dado notáveis estudos de geo-história.

Um deles, publicado em 1955, os *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*, termina referindo a metodologia que orientou esse estudo: «A minha justificação, aproximando factos averiguados mas até agora desconexos, comentando textos tão conhecidos como inaproveitados, formulando conjecturas onde faltavam os elos de um encadeamento plausível, é apenas o conhecimento dos lugares e a luz que a vida actual projecta nas obscuridades do passado. Traz-se assim um exemplo das íntimas relações que unem a Geografia à História. Sem a análise destes primórdios, fica incompreendida a ocupação de uma terra onde os homens irão viver rasando os limites extremos das suas possibilidades naturais; sem o conhecimento das coisas e dos sítios, não se vivificam os documentos nem se eleva a História acima do nível da simples erudição. Se o objectivo desta disciplina é, na verdade, a *compreensão do homem*<sup>31</sup>, como é possível desenrolar o drama sem delinear<sup>32</sup> o cenário e enumerar grandes feitos e destinos ilustres, sem que se conheçam as formas da vida quotidiana e humilde e as necessidades fundamentais da população, que em toda a parte procura modos de subsistência e de actividade produtiva?»<sup>33</sup>.

Em 1960, em conferência proferida na sessão comemorativa do V centenário da morte do Infante D. Henrique, assim definiu Orlando Ribeiro, mais uma vez, a sua posição: «através do mundo que se vê, e que é propriamente o meu campo de trabalho, muitas vezes a história está presente, tanto nas formas que persistem na vida de cada dia, como em vestígios materiais que chegaram até nós. É nesta perspectiva que me coloco e o meu trabalho encontrará justificação»<sup>34</sup>. E como essas intenções foram realizadas e com felicidade, os trabalhos produzidos são na realidade estudos — e excelentes — de geo-história.

Por isso, marcando essa orientação metodológica bem presente em diversos dos seus trabalhos, em palavras proemiais a uma colectânea de estudos, acentuou: «Reunem-se neste volume vários ensaios (...) o tema não deixou de constituir parte importante das minhas preocupações de

geógrafo que vê o homem na terra e no tempo e pensa quanto podem ser esclarecedoras as perspectivas abertas pela história»<sup>35</sup>. E no prefácio a três estudos do maior interesse a que deu o sugestivo título de *Geografia e Civilização*, afirmou: «Pesquisador de correlações complexas, um tanto naturalista também, ele (o geógrafo) vê este património humano transmitir-se, por um lado, num quadro terrestre que ajudará a compreender a sua génese e os êxitos e fracassos da sua expansão, por outro, num conjunto de relações de povos, envoltas em obscuridades que nem sempre a história consegue penetrar e de que apenas a observação de coisas mezinhas permite achar algum rasto»<sup>36</sup>.

Estas as orientações, estes os princípios metodológicos que o Prof. Orlando Ribeiro imprimiu a seus estudos.

Uma análise destes estudos, dado o seu número e a problemática que encerram, é obviamente impossível de efectuar agora. Mas conviria acentuar, no mínimo, certos aspectos que os caracterizam, pois são de primordial importância para os ajuizarmos valorativamente na perspectiva em que temos vindo a considerá-los.

As tão criteriosas e fecundas directrizes metodológicas apontadas foram seguidas de forma feliz, adequada, pelo seu autor. Nos estudos em referência, a faceta geográfica, dada a formação e competência nesse domínio do Prof. Orlando Ribeiro, é, como não podia deixar de ser, excelente. E a parte histórica, embora sem apresentar, como o próprio autor acentuou várias vezes, uma investigação arquivística com vista à recolha de mais e de novos elementos, é modelar na maneira como aproveita documentação e estudos publicados.

Procurando basear-se mais nos documentos do que nos pareceres dos historiadores, como salienta, por exemplo, no seu estudo *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*, no entanto de ambos colhe o Prof. Orlando Ribeiro, criteriosamente, os elementos necessários às suas próprias concepções históricas.

As correlações estabelecidas entre história e geografia são bem pertinentes e, por isso, os estudos do Prof. Orlando Ribeiro detêm, para além de outras qualidades, a de excelentes trabalhos de geo-história.

Não há dúvida de que a geo-história é disciplina pouco tratada. Não fizemos, evidentemente, um levantamento de quanto se tem realizado entre nós, tendo apenas resumido alguns aspectos e assinalado alguns autores que nesse domínio labutaram. Mas cremos não estarmos longe da realidade dizendo que tem sido pouco cultivada.

No entanto, é visível a sua importância e o seu interesse para o desenvolvimento da história. O valor do seu contributo para o conhecimento do passado, das vicissitudes das sociedades humanas através dos tempos, ficou bem patente nos estudos de Jaime Cortesão e do Prof. Orlando Ribeiro referidos. Que o exemplo destes autores, que o interesse e a importância da geo-história levem geógrafos e historiadores a labutarem mais nesse domínio, parece-nos ser muito de desejar, para que se amplie, se consolide, se torne mais racional e compreensível o conhecimento da história de Portugal<sup>37</sup>.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- <sup>1</sup> *Introdução geográfica à História de Portugal*, Lisboa, 1977, p. 25.
- <sup>2</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.
- <sup>3</sup> «Uma infeliz introdução geográfica à História de Portugal», in *Biblos*, Coimbra, 1929, vol. V.
- <sup>4</sup> *História de Portugal*, tomo I, *Introdução Geográfica*, Lisboa, Livraria Portugália, 1941.
- <sup>5</sup> *Introduções Geográficas à História de Portugal*, cap. III. Em torno de António Sérgio, pp. 119-181.
- <sup>6</sup> *Idem, ibidem*, p. 181. Os itálicos são do autor. «Sérgio multiplicou hipóteses sem fundamento e afirmações sem base» escreveu ainda na p. 207.
- <sup>7</sup> «António Sérgio, historiador», in *O Tempo e o Modo*, Março-Abril de 1969, n.º 69-70, p. 309. Repetiu a afirmação no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. IV, p. 526.
- <sup>8</sup> «Herculano ha creado, digámoslo así, la historia portuguesa», *Obras Completas de Menéndez Pelayo*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1942, vol. X, p. 271.
- <sup>9</sup> *Tratado Primeiro*, capítulo III, edição de 1620, fol. 4.
- <sup>10</sup> *Ob. cit.*, *Tratado Quinto*, cap. VI, edição de 1620, fol. 136 v e 137.
- <sup>11</sup> Folio inumerado entre o Prologo e as advertências na edição de 1620.
- <sup>12</sup> Livro I, cap. XXIX, edição de Lisboa, 1753, p. 114.
- <sup>13</sup> *História de Portugal*, Lisboa, 1875, 4.ª edição, vol. I, nota XVI, pp. 505-510.
- <sup>14</sup> Veja-se o estudo da questão feito por Rui de Azevedo nos *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, Lisboa, 1962, vol. I, tomo II, pp. 718 a 721 e no opúsculo *A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Baudrey sobre a conquista de Lisboa em 1147*, Coimbra, 1962, pp. 10 a 15.
- <sup>15</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147) Narrações pelos cruzados. Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, Lisboa, 1936, p. 56.
- <sup>16</sup> «Que nom seja nenhũ tam ousado que no Zimbral d'Atouguia, e Ilha de Peniche corte lenha nenhũa (...) Que na dita Ilha de Peniche nom entre nenhuũ guado», *Collecção de livros inéditos de historia portuguesa*, Lisboa, 1793, vol. III, p. 487.
- <sup>17</sup> «Já fizessem-me ora bispo siquer do ilheo de Peniche». *Obras Completas*, Ed. de Marques Braga, Classicos Sá da Costa, Lisboa, 1944, vol. V, p. 31. Sobre esta alusão a Peniche, já se defendeu referir-se na verdade às Berlengas, o que não é aceitável. Veja-se o «Ilheo de Peniche na Romagem de Agravados de Gil Vicente», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1977, vol. XI, pp. 283-290.
- <sup>18</sup> *História de Portugal*, vol. I, p. 372.
- <sup>19</sup> *História de Portugal*, vol. I, nota XXIII, p. 531.
- <sup>20</sup> «A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas», in *Revista de História*, S. Paulo, 1955, n.ºs 21-22, p. 12.

- <sup>21</sup> *Introduções geográficas à história de Portugal*, pp. 207-208.
- <sup>22</sup> *Teoria geral dos descobrimentos portugueses — A geografia e a economia da Restauração*, Lisboa, 1940, pp. 14 e 15.
- <sup>23</sup> Edição do Rio de Janeiro, 1955, p. 16.
- <sup>24</sup> *História do Brasil nos velhos mapas*, Rio de Janeiro, 1957?, vol. I, p. 11.
- <sup>25</sup> *Jaime Cortesão — A Obra e o Homem*, coordenação de Óscar Lopes, Lisboa, s.d., p. 223.
- <sup>26</sup> «Introdução ao debate sobre a ilha-Brasil», in *O Primeiro de Janeiro* de 20 de Julho de 1952. Veja-se também a obra referida na nota anterior.
- <sup>27</sup> *Teoria geral dos descobrimentos portugueses — A Geografia e a economia da Restauração*, pp. 56-57 e 80-81.
- <sup>28</sup> É o seguinte o texto da nota do Prof. Orlando Ribeiro:  
«Insistiu no mesmo erro noutros trabalhos. V[e]ja-se a crítica já formulada, com largo aparato científico e erudito, por A. Fernandes Martins, 'A configuração do litoral português no último quartel do século XIV — Apostila a um mapa', *Biblos*, vol. XXII, Coimbra, 1946, e os reparos metodológicos de Fernando Castelo Branco, 'Tráfego portuário e história regional portuguesa', no colóquio da Academia Portuguesa da História, *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, 1975, V[e]ja-se do mesmo autor, 'Alguns aspectos da evolução do litoral português', *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1957, pp. 337-353 (com reproduções de mapas antigos); 'Os portos da enseada de São Martinho e o seu tráfego através dos tempos', *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 23, t. I, pp. 259-282; 'Litoral português', no *Dicionário de História de Portugal*. Estes excelentes artigos completam com vantagem as notícias reunidas por Cortesão e incultam o autor deles para um estudo de conjunto da antiga navegação marítima e fluvial.»
- <sup>29</sup> «A Teoria da História de Jaime Cortesão», in *Prelo*, Dezembro de 1984, número especial, p. 62.
- <sup>30</sup> «Exposição Histórica de São Paulo, I, 'O Plano Geral'», in *O Primeiro de Janeiro* de 6 de Abril de 1955.
- <sup>31</sup> Ao republicar o trabalho, substituí por «o estudo dos homens no tempo», *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1962, p. 159.
- <sup>32</sup> Também aqui se regista uma alteração quando este estudo foi republicado: «o drama da sua evolução sem delinear», *idem, ibidem*, p. 159.
- <sup>33</sup> «Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1955, tomo XXI, 2.ª série, n.º 1, p. 122.
- <sup>34</sup> «O Infante e o Mundo Novo», in *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, p. 53.
- <sup>35</sup> *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1962, p. 9.
- <sup>36</sup> *Geografia e Civilização*, Lisboa, 1961, p. 14.
- <sup>37</sup> «Tentei este esboço socorrendo-me principalmente dos factos coleccionados por Sena Barcelos, numa compilação que deixa ao profano a dúvida de assentar numa ampla recolha documental», *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1955, vol. XXI, 2.ª série, n. 1, pp. 121 e 112.

## HISTÓRIA DA BOTÂNICA EM PORTUGAL ATÉ FINAIS DO SÉCULO XIX

ABÍLIO FERNANDES \*

### SUMMARY

In the Renaissance a good deal of advances in Botany were still accomplished by means of commentaries, additions and corrections to Dioscorides *Materia Medica*. One of the commentators was Amatus Lusitanus, whose main works were the following: *Index Dioscoridis* (1536), *In Dioscoridis Anazarbei materia medica libros quinque enarrationes eruditissimæ* (1553) and *Curationum Medicinalium Centuriæ septem* (divers dates). These works were extremely well accepted, as witnessed by their several editions.

In 1563, Garcia de Orta's quite remarkable *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella* was published in Goa. This book was a very important contribution to medical and pharmacological knowledge, since many simples, drugs or fruits studied by Orta were not previously known. Written in Portuguese, the book would be condemned to obscurity were it not for the action of a providencial chance: in 1564 while stopping in Lisbon, Carolus Clusius got hold of a copy of the book. He wrote a Latin summary of it, which was published for the first time in 1567. Afterwards, versions of this abridgement appeared in Italian, French and English, giving to Orta's work a well deserved publicity.

Cristóvão da Costa lived in India between 1568 and 1572: there he studied Garcia de Orta's *Coloquios*, while seeking information on and direct knowledge of other simples, drugs and fruits not mentioned by Orta. Thus he collected the elements — including drawings of several plants — that allowed him to write his *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, which was published in Burgos in 1578. This book confirms Orta's observations and conclusions while amplifying some of them; on the other hand, it adds some original chapters

\* Centro de Fito-sistemática e Fito-ecologia, E.C., do Instituto Nacional de Investigação Científica (I.N.I.C.) na Universidade de Coimbra.